

Explorar as múltiplas relações entre a educação e a saúde, como campos de conhecimentos e práticas relacionados a formas de sociabilidade e institucionalização vigentes, constitui o foco deste número da *Trabalho, Educação e Saúde*.

Nesta direção, a seção Debate se dedica a examinar os modos de constituição do público e do privado, tanto na educação quanto na saúde. A seção abre com o texto de Carlos Roberto Jamil Cury, “A educação escolar no Brasil: o público e o privado”, que, embora se centre, como o título enuncia, na relação entre essas duas esferas na educação e no ensino, busca também abrir possibilidades de análises semelhantes ou aproximadas na área da saúde. O segundo texto, “Avanços e percalços do SUS: a regulação das relações entre o público e privado”, de Ligia Bahia, aborda os conflitos entre as concepções – o SUS proposto pela Constituição de 1988 – e as práticas – os subsídios fiscais e gastos públicos diretos com o financiamento dos planos privados de saúde. “Público e privado na formação social brasileira: velhas, novas e novíssimas tensões”, de Marco Aurélio Nogueira, traça um panorama da história brasileira no tocante à constituição de uma elite política que reluta em governar de modo republicano e democrático, oferecendo, assim, elementos para a reflexão sobre a institucionalização da educação e da saúde brasileiras.

Este número apresenta mais três textos que se encaminham na mesma direção de inaugurar espaços de reflexão sobre as formas de institucionalização da educação e saúde e suas relações. O artigo “Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame”, de Maria Stephanou, analisa, nas primeiras décadas do século XX, a constituição – mútua – dos discursos da educação e da medicina. Nesse processo, não só a educação passa a definir uma das missões da medicina – a medicina social preventiva, que desloca a anatômica e a fisiológica como os únicos discursos possíveis na área – como também a medicina passa a dar o tom da educação como prática científica, a partir da utilização de procedimentos e testes oriundos daquela área. Por fim, ainda na exploração da relação educação-saúde, o ensaio “Efeito Paidéia e o campo da saúde: reflexões sobre a relação entre o sujeito e o mundo da vida”, de Gastão Wagner Campos, retoma as possibilidades de apoiar o aperfeiçoamento de pessoas e instituições concebendo quatro núcleos temáticos, relacionados ao conceito de processo de trabalho: a finalidade da ação humana; os meios utilizados para produzir transformações; os objetos privilegiados nas intervenções; e os resultados, todos analisados em suas especificidades no campo da saúde.

A questão da saúde do trabalhador e seus impactos na educação, buscando novas direções de investigação, é também tema deste número. Na seção Artigos, Sadi Dal Rosso, no texto “Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde”, retoma, a partir de um estudo empírico, o tema das condições de trabalho e a saúde, privilegiando os danos cognitivos, emotivos, relacionais e sociais à saúde da classe trabalhadora e colocando, assim, novas questões para a educação da mesma. Sobre

este tema das condições de trabalho e a saúde, porém a partir de fontes documentais, a Memória “As parcelas (in)visíveis da saúde do anônimo trabalhador: falas operárias sobre trabalho, saúde e doença (1890-1920)”, de Anna Beatriz Almeida, busca enfrentar, no percurso delineado, questões ainda hoje pertinentes ao campo da educação do trabalhador (em saúde), entre as quais destacamos: os trabalhadores tinham – e têm – consciência dos danos causados à saúde pelo trabalho? Quais são as formas de manifestação dessa ‘consciência’?

Publicam-se, ainda, textos que versam sobre as categoriais profissionais e suas relações com a organização do trabalho – e do conhecimento – na área da atenção básica em saúde. O artigo de Sônia de França, Umberto Pessoto e Jaime Gomes, intitulado “Capacitação no Programa de Saúde da Família: divergências sobre o conceito de visita domiciliar nas equipes de Presidente Epitácio, São Paulo”, discute a definição de visita domiciliar pelas três principais categoriais de trabalhadores do programa – médicos, enfermeiros e agentes comunitários. Os autores concluem que a falta de uma uniformidade sobre esse conceito – e também principal instrumento de trabalho no PSF – pode interferir na proposta de mudança do modelo de atenção. Contribuição no mesmo sentido é dada pelo artigo “Auxiliares de enfermagem: mercado de trabalho, perfil, satisfação e expectativas no Programa de Saúde da Família na cidade de São Paulo”, de Regina Marsiglia, que aponta como resultados, entre outros, a predominância de mulheres de média escolaridade não-técnica na configuração do perfil qualificacional daquela categoria.

A formação profissional em saúde é tema de dois textos. O primeiro, da seção Artigos, intitulado “Currículo por competências na área de biodiagnóstico: desafios de implantação”, de Maria Beatriz de Oliveira e Wânia Regina Gonzalez, resulta de pesquisa de natureza qualitativa sobre a organização curricular do Curso Técnico de Laboratório em Biodiagnóstico em Saúde, oferecido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Em “O campo da atenção psicossocial: formar e cuidar no Curso de Qualificação na Atenção Diária em Saúde Mental (CBAD)”, na seção Relato, Pilar Belmonte discute, a partir da apresentação desta experiência de formação de cuidadores de saúde mental, estratégias e propostas pedagógicas que tenham como horizonte a formação profissional dentro dos marcos da reforma psiquiátrica.

Este número publica ainda a entrevista concedida pela professora Helena Hirata e resenhas sobre as obras *O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*, organizado por José Claudinei Lombardi, Mara Regina Jacomeli e Tânia Mara da Silva, por Sauloéber de Souza; *A produção capitalista do espaço*, de autoria de David Harvey, por Maria Amelia Costa; e *A educação para além do capital*, de autoria de István Mészáros, por Júlio César Lima.

*A editoria*